

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.427, DE 2019.

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

**Autor:** SENADO FEDERAL - LASIER MARTINS

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

### I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do ilustre Senador Lasier Martins com o objetivo de alterar as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (“Lei do Saneamento Básico”), e nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (“Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos”) para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

A proposição está sujeita à apreciação do Plenário e tramita sob o regime de prioridade, nos termos do art. 151, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O Projeto de Lei nº 2.427/2019 foi distribuído às Comissões de Minas e Energia, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Urbano para manifestação de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação para se manifestar quanto à adequação financeira ou orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para apreciar a constitucionalidade ou juridicidade da matéria.

A Comissão de Minas e Energia opinou pela aprovação parcial, com Substitutivo, do Projeto de Lei nº 2.427/2019, nos termos do voto do Relator Deputado Paulo Gamine. O Substitutivo adotado ao Projeto de Lei nº



2.427/2019 passa a alterar somente a Lei nº 11.445/2007, uma vez que a maior parte das modificações originalmente propostas foram contempladas pela Lei nº 14.026/2020, que promoveu a atualização do marco legal do saneamento básico.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, opinou pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.427/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia, nos termos do voto do Relator Deputado Nelson Barbudo.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano opinou pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.427/2019 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia, conforme voto do Relator Deputado Marangoni, que considerou desnecessária as alterações pretendidas por já estarem integralmente contempladas na legislação vigente.

Por fim, a Comissão de Finanças e Tributação opinou pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.427/2019 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia, nos termos do voto da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Em conformidade com o que dispõe o art. 32, IV, “a”, do RICD, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa (art.54, I e 139, II, “c”, do RICD) do Projeto de Lei nº 2.427/2019 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia.



Quanto à análise da **constitucionalidade formal**, consideramos a competência legislativa, a legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

As proposições referem-se a diretrizes para o saneamento básico, matéria que se encontra no rol de competências privativas da União, nos termos do art. 21, XX, da Constituição Federal – “**instituir diretrizes** para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, **saneamento básico** e transportes urbanos”.

Constatamos ser legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, no caso, excepcional reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária por também não haver neste caso disposição constitucional específica em sentido contrário.

Em relação à **constitucionalidade material**, as proposições estão em conformidade com o texto constitucional, em particular com as normas que regem a prestação dos serviços públicos de saneamento básico – artigo 21, XX, e artigo 23, IX, da Constituição Federal.

Consideramos que o Projeto de Lei nº 2.427/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia, é **jurídico** e inova adequadamente o ordenamento jurídico.

Como corretamente destacado pelo ilustre Deputado Paulo Gamine, na Comissão de Minas e Energia, e pelo caro colega Deputado Nelson Barbudo, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a proposição original era antijurídica porque quase integralmente convertida em lei com a aprovação da Lei nº 14.026/2020, ocasião em que se revisou o marco legal do saneamento básico. O Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia, no entanto, **afasta o vício da antijuridicidade**, pois manteve unicamente aquelas alterações sem correspondência na legislação vigente.

Em primeiro lugar, a redação sugerida ao §2º, do artigo 38, da Lei nº 11.445/2007, inova, com efeito, o dispositivo, uma vez que dá novos contornos aos mecanismos tarifários ali previstos.



Da mesma forma, não nos afigura redundante ou desnecessário incluir no rol de objetivos da Política Federal de Saneamento Básico inciso prevendo “fomentar a redução das perdas na distribuição de água tratada”. Pelo contrário, esta inclusão alinha a Política Federal de Saneamento Básico aos princípios e às diretrizes instituídos por meio da Lei nº 14.026/2020 e, por conseguinte, dá coerência lógica ao conjunto de normas que rege a prestação do serviço público de saneamento básico.

Por estas razões, em que pese os argumentos trazidos pelo nobre colega Deputado Marangoni, relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano, alinho-me às manifestações das Comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Por último, quanto à **redação** e à **técnica legislativa**, consideramos que o Projeto de Lei nº 2.427/2019, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Minas e Energia, está de acordo com as normas previstas na Lei Complementar nº 95/98.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.427/2019, na forma do Substitutivo Adotado pela Comissão de Minas e Energia (CME).

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 2024.



**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**  
**Relatora**

2024-18343

